

Tuvalu à espera

Hélder Sousa · 08.09.2026

ECOLOGIA · POLÍTICA · ECONOMIA

Longe das agendas políticas globais, Tuvalu procura garantir a sobrevivência para lá do seu território. Enquanto grande parte do mundo disputa terra, fronteiras e recursos com violência provocando deslocamentos massivos de populações, matando e destruindo possibilidades de sobrevivência, este pequeno país prepara-se para ser a primeira nação digital dum mundo em colapso: sem terra, sem fronteiras e sem recursos.

Educação e alterações climáticas

«A crane, a well, a queen», disse-me um amigo tuvaluano sobre a herança que os ingleses deixaram no arquipélago, referindo-se às ruínas enferrujadas do porto, aos poços de prospeção geológica, em particular ao Te Vili o Tavita, e, claro está, a sua majestade, a rainha de Inglaterra, que visitou o país de passagem na juventude. Tuvalu tornou-se independente em 1978, ficando integrado na Commonwealth (CW). Este país do Pacífico Sul, constituído por nove atóis e com pouco mais de 10 mil habitantes, tornou-se um símbolo das alterações climáticas nas últimas décadas pelo risco iminente de desaparecimento.

Em fevereiro de 2005 visitei Tuvalu. A discussão ambiental internacional centrava-se então no protocolo de Quioto, Tuvalu já era das vozes mais empenhadas nos alertas para o risco que os pequenos países do pacífico corriam se nada fosse feito para parar o aumento da temperatura dos oceanos, a poluição e a subida do nível do mar. Prevvia-se que em 2050 já fosse inviável viver no território.

Apesar de se fazer ouvir nos fóruns internacionais, em particular na CW e na ONU, da qual é membro desde 2000, e no Fórum das Ilhas do Pacífico, onde partilha preocupações com os países vizinhos, Tuvalu é um país demasiado pequeno, desconhecido e fácil de ignorar. As previsões não estavam erradas, faltam menos de 25 anos.

Durante a minha presença em Funafuti apanhei as *king tides*, as marés vivas que inundam a ilha durante três dias. Acontecia duas vezes por ano e as pessoas lidavam com as contingências. As marés vivas aumentaram de intensidade e de frequência: os parques solos disponíveis para agricultura tornaram-se inviáveis, as quantidades de lixo que atacam na ilha aumentaram, a água potável escasseia e a vida piora todos os dias para quem ainda vive nos atóis.

Apesar de se fazer ouvir nos fóruns internacionais, em particular na CW e na ONU, da qual é membro desde 2000, e no Fórum das Ilhas do Pacífico, onde partilha preocupações com os países vizinhos, Tuvalu é um país demasiado pequeno, desconhecido e fácil de ignorar. As previsões não estavam erradas, faltam

menos de 25 anos.

Nos anos 90, a venda do domínio .tv rendeu 50 milhões de dólares ao estado e receitas anuais na ordem dos 5 milhões. A empresa que adquiriu a exploração do domínio ganhou muito mais, Tuvalu ficou prejudicado no acordo inicial que não previu as valorizações que o domínio viria a atingir com a indústria de streaming[1]. Ainda assim, aquelas receitas representaram durante mais de uma década 10% do orçamento de estado, e permitiram melhorar infra-estruturas, desenvolver o fundo soberano e, acima de tudo, garantir educação para todos os tuvaluanos até à universidade.

A ideia era simples: com uma população instruída e curiosa Tuvalu não poderá nunca desaparecer. Para além de colocar Tuvalu na agenda internacional das alterações climáticas, os sucessivos governos estabeleceram como prioridade criar condições para a educação das futuras gerações, porque seriam elas a lidar com o problema. E assim foi. Simon Kofe[2], por exemplo, bem como grande parte dos membros do atual governo, ou Filiga Taukiei Niko, a primeira tuvaluana *Advogada do Povo*[3], fazem parte dessa geração de tuvaluanos inconformados com o futuro inevitável e empenhados em garantir que o país não desaparece em vão.

E esta é uma lição que Tuvalu nos pode dar: investir na educação e na preparação das gerações futuras é a única possibilidade para imaginar um mundo alternativo e uma sociedade mais justa quando o território está em risco por causa das alterações climáticas.

E esta é uma lição que Tuvalu nos pode dar: investir na educação e na preparação das gerações futuras é a única possibilidade para imaginar um mundo alternativo e uma sociedade mais justa quando o território está em risco por causa das alterações climáticas.

A nação digital e a visita da COP31

Entre os próximos dias 5 a 8 de Outubro, em conjunto com as ilhas Fiji e a Austrália, Tuvalu vai receber um encontro de preparação e de antecipação da COP31. No caos da política internacional e com as preocupações dos governos (da União Europeia, dos Estados Unidos, da América do Sul, dos países asiáticos) orientadas para os conflitos em curso e para as suas implicações económicas, os gritos de socorro das pequenas nações do Sul soam a problema menor.

No caos da política internacional e com as preocupações dos governos (da União Europeia, dos Estados Unidos, da América do Sul, dos países asiáticos) orientadas para os conflitos em curso e para as suas implicações económicas, os gritos de socorro das pequenas nações do Sul soam a problema menor.

Há cinco anos, Simon Kofe, então ministro dos Negócios Estrangeiros, fez um apelo emocionado: ilustrando a situação real que se vive em Tuvalu, num vídeo com água pela cintura filmado no meio do

oceano, exigia ações urgentes e alertava para a iminência da catástrofe. O apelo foi muito divulgado e gerou ondas de empatia, mas pouco ou nada foi feito a nível global.

Os tuvaluanos estão cépticos sobre políticas e ações que possam salvar o território, mas esperam que o desaparecimento das ilhas sirva para aumentar o sinal de alarme. Dez mil pessoas, em breve refugiadas climáticas. Com a cooperação dos países vizinhos, estes tuvaluanos vão poder ser emigrantes com residência permanente na Austrália ou na Nova Zelândia. O Tratado de Falepili, assinado com a Austrália em 2023, prevê a deslocação de cidadãos de Tuvalu e um conjunto de apoios à resiliência do território e às previsíveis catástrofes naturais. O tratado confirma ainda a ambição expressa na Constituição de Tuvalu de 2023: o estado deverá ser preservado e reconhecido, com o seu contexto histórico, cultural e legal, quando o país ficar submerso.

Longe das agendas políticas globais, Tuvalu procura garantir a sobrevivência para lá do seu território. Enquanto grande parte do mundo disputa terra, fronteiras e recursos com violência provocando deslocações massivas de populações, matando e destruindo possibilidades de sobrevivência, este pequeno país prepara-se para ser a primeira nação digital dum mundo em colapso: sem terra, sem fronteiras e sem recursos.

Longe das agendas políticas globais, Tuvalu procura garantir a sobrevivência para lá do seu território. Enquanto grande parte do mundo disputa terra, fronteiras e recursos com violência provocando deslocações massivas de populações, matando e destruindo possibilidades de sobrevivência, este pequeno país prepara-se para ser a primeira nação digital[4] dum mundo em colapso: sem terra, sem fronteiras e sem recursos.

A nação digital será o novo espaço económico, o território social da população na sua relação com o mundo onde quer que estejam as pessoas. Talvez Tuvalu nos mostre como será viver num futuro radicalmente desmaterializado, num futuro onde um país não se define nem pelas suas fronteiras nem pelo seu território, mas pelas pessoas e culturas diversas, e pelos desejos partilhados. Um país imaginado em conjunto, das gerações presentes para as gerações futuras, superando os desafios e encontrando formas de sobrevivência com respeito pelos ecossistemas e pela humanidade.

Tuvalu continua à espera: os estados industrializados devem proteger os territórios vulneráveis e pagar pelos impactos das suas atividades poluidoras[5]. O encontro pré-COP31 é mais uma oportunidade para relembrar ao mundo e às agendas mediáticas da catástrofe que há territórios no Sul, palcos e vítimas de disputas coloniais, onde as alterações climáticas e as suas consequências ganham a guerra todos os dias, sem qualquer possibilidade de defesa e com consequências imprevisíveis para todos os continentes.

[1] Em 2024 a exploração do domínio .tv foi atribuída a outra empresa, com um acordo mais justo que garante a duplicação de receitas para Tuvalu.

[2] Atualmente é ministro dos Transportes, Energia, Comunicação e Inovação, e foi um dos promotores da revisão constitucional de 2023, que prepara Tuvalu para os desafios de nação digital.

[3] The people's lawyer: o governo de Tuvalu garante um advogado para representar os cidadãos em questões legais e em conflitos jurídicos. Até 2015 a função foi sempre ocupada por cidadãos australianos ou ingleses, colocados na ilha no âmbito de acordos de cooperação com os países vizinhos. Em 2015, Filiga Taukiei Niko, foi a primeira mulher tuvaluana a assumir o cargo.

[4] Ver mais em www.tuvalu.tv.

[5] <https://www.aljazeera.com/news/2025/10/10/we-dont-want-to-disappear-tuvalu-fights-for-climate-action-and-survival>